

ESTUDO DA IDEOLOGIA QUE SUSTENTA O MST¹

Marlon Leal RODRIGUES² (PG – UNICAMP)

Resumo: O discurso do MST aparece como um claro exemplo da tese de que as estruturas sociais relacionam-se com as estruturas lingüísticas: o discurso e a prática social se constituem mutuamente, ao mesmo tempo são constituintes de uma realidade sócio-histórica, em que os agentes pronunciam-se de lugares marcados ideologicamente.

Palavras-Chave: discurso, ideologia, movimento social.

Abstract: MST Discourse is a clear example of thesis that social structures are related to the linguistic structures: the discourse and social performance make part of a social historical reality, whose agents proclaim from ideologically distinctive places.

Keywords: discourse; ideology; land; social movement.

0. Introdução

O fato sócio-histórico, em sua diversidade e complexidade, seja contemporâneo ou não, não pode ser analisado simplesmente da perspectiva dos acontecimentos em si, pois estes correspondem ao desenvolvimento de um *processo discursivo*, (Pêcheux, 1988: 161), que se constitui enquanto fato social já anunciado no discurso de forma que é preferível que a análise do acontecimento seja precedida da investigação do “discurso em sua realidade material ou escrita” (Foucault, 1996: 8), lugar de onde emerge toda trama e drama das relações sociais configuradas no e pelo discurso, e ainda envoltas na luta pela sobrevivência, pelo *desejo*, pelo *poder* e pela *vontade de verdade* (Foucault, 1996: 17).

¹ Este trabalho que foi apresentado GEL em Bauru-SP, 2000, segue revisado e muito ampliado.

² Agradeço ao CNPq pela bolsa de doutorado, desde 2002, na UNICAMP – SP.

Considerando que a disputa pela terra, constituída de seus respectivos discursos, é fato antigo na história do Brasil, mas o discurso sobre a função social da terra é recente: data de Marx. Esse discurso sobre função social começa a surgir, na literatura brasileira, somente a partir do século XX. Graça Aranha, no início do século, escreveu, no livro *Canaã*, o comovedor diálogo entre Maria e Milkau: “não te canses em vão (...) que a terra que eu te havia prometido não está aqui, não é esta, ela virá com o sangue redimido das futuras gerações...”. João Cabral de Mello Neto, em *Morte e Vida Severina*, descreve o drama dos retirantes “sem-terra” e retirantes também da seca no Nordeste brasileiro: “é a terra que te cabe neste latifúndio, é a terra que querias ver dividida (...) não é cova rasa, é cova medida”. Antônio Callado, em *Quarup*, também descreve a luta dos agricultores no embate por seus direitos.

A proposta deste artigo é caracterizar alguns discursos do MST contido nos editoriais do JST, *Jornal do Sem Terra*. Como procedimentos metodológicos, agruparemos conjuntos de enunciados por discurso, tendo em vista que, conforme Fuchs (1982), os enunciados são paráfrases uns dos outros. Ainda será destacado de cada discurso um enunciado de base.

1. História

O MST não surgiu aleatoriamente, foi-se construindo a partir das injustiças sociais, entre as quais, a que exclui o agricultor do campo e do processo social, o que torna as elites governamentais responsáveis pela existência e atuação do movimento, ainda convém ressaltar que com a retirada da esquerda dos debates políticos, denunciada por Eagleton (1997), o movimento acabou se estruturando em sujeito de pressão pela reforma agrária e vanguarda de outros segmentos sociais.

Historicamente, o processo de exclusão social do direito à cidadania e de trabalhar na terra têm seu marco inicial com o próprio “achamento” do Brasil, fato que, em certo sentido, corresponde à afirmação do jurista e deputado federal Hélio Bicudo (JST, 1993: 2): “a terra é um sinal de superioridade de classe, de força, de ideologia e de política”. Assim, ter grandes quantidades

de terra tem sido projeção de *status* social, condição que não permitiu a distribuição entre aqueles que de fato trabalham nela.

Com o advento do marxismo, a história da humanidade pôde tomar outro rumo; pôde-se materializar como se dera e como se tem dado o processo de desenvolvimento social-econômico-humano. As propostas marxistas, ainda, proporcionaram o surgimento de um discurso que possibilitaria a mudança das formas de relacionamento sócio-econômico, tanto no campo, quanto nas fábricas e indústrias.

O discurso marxismo mudou e determinou a disputa pela hegemonia do poder, assim tornou-se a gênese discursiva com maior ou menor intensidade dos grupos sociais marginalizados, explorados, excluídos, que se organizaram e que estão organizados nesta virada de século. É possível afirmar que o MST, enquanto grupo organizado, apresenta-se como uma vanguarda dos movimentos populares e políticos – com veremos a seguir –, condição que causa espanto e admiração, pois a existência do MST suplanta as ditas “esquerdas”, além de constranger as Instituições Oficiais que não têm como mais aplicar os *procedimentos de interdição tanto do discurso, quanto daquele que fala*, de acordo com Foucault (1996).

A discussão de cunho ideológico, pressupondo sujeito e discurso, com o avanço do neoliberalismo “evaporou-se” da agenda política como estratégia da direita, (Eagleton, 1997: 11-2), com o intuito de homogeneizar os discursos, porém a heterogeneidade social, cuja evidência explícita permanece. Todavia o MST coloca-se, como uma afronta, diante dessa “escola do fim da ideologia”. A imposição do MST configura, de certa forma, “um revide político a essa última traição dos intelectuais”, que se retiraram vergonhosamente das disputas políticas para se refugiarem, em algum gabinete, longe dos conflitos sociais pulverizados no cenário mundial. Enquanto isso, a esquerda política abandonou as discussões ideológicas e, em consequência, a luta de classe, como se não houvesse mais disputas sociais. Neste cenário de abandono das questões ideológicas pelos intelectuais e pela esquerda, o MST vem constituindo-se como pólo catalisador dos movimentos sociais e centraliza as discussões ideológico-políticas.

Sujeito, discurso, ideologia e contexto sócio-histórico são elementos constitutivos e constituintes como condição necessária para se compreender a dimensão social do MST, no quadro das instituições seculares, como fenômeno, muito embora sorrateiramente sua aparição já estivesse inscrita como possibilidade. Esta aparição causa, como já foi comentado, um certo estranhamento em virtude de o MST, a princípio, apresentar-se “fora de época” e ainda como vanguarda política ideológica de forma aguerrida com um arcabouço discursivo que ressoa preponderante nas classes trabalhadoras.

2. Discurso, sujeito e ideologia

A disputa pela terra arrasta-se pela histórica, prossegue passo a passo. Pode-se dizer, todavia, que o Movimento está em ascensão, inscreveu-se na *Ordem do Discurso*, ritualizou-se, propõe um “discurso” que se supunha, até mesmo pela “esquerda”, ultrapassada, “fora de moda”, acontecimento que constrange também as “ditas esquerdas” que incorporaram alguns aspectos da ideologia neoliberal.

Considerando que discurso e prática social são elementos constitutivos, o MST subverte, primeiro, o “discurso” institucionalizado (Foucault, 1970: 10); toma a palavra, rompe os processos de *exclusão do discurso* e faz que o discurso circule, apesar das constantes tentativas de aplicação dos *procedimentos de controle* e desqualificação. Em segundo, efetiva a prática anunciada no e pelo discurso, subvertendo a prática institucionalizada, ou seja, autorizada pelas Instituições Oficiais. O discurso do MST, neste embate, entra na *ordem do discurso* e se *ritualiza*, ocupa um espaço peculiar que provoca uma situação desconfortável para as Instituições Oficiais, todavia elas não têm mais como controlá-lo, retê-lo ou exigir que ele se submeta aos *princípios de interdição*.

Muito embora tem-se dito que discurso e prática constituem-se, ambos têm um percurso distinto. O discurso afigura-se um tanto mais tolerado, mas não deixa de passar pelos procedimentos de exclusão, desqualificação, controle, interdição. Já a prática social sofre um tipo de controle menos tolerado, pois é na prática do MST que o confronto com as Instituições se torna mais

preponderante e áspero, porque a prática não escapa aos “olhos” das Instituições, enquanto que os discursos, apesar de sua *pesada materialidade* (Foucault, 1996) conseguem “correr sorratamente” diante das Instituições.

O sujeito para Foucault (1986) é apenas uma função fundadora do discurso, espaço de possibilidades de realização discursiva ou de posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito de determinado discurso. Já Pêcheux, mais comprometido com o materialismo histórico, nega a evidência explícita do sujeito, pois a evidência é apenas um efeito ideológico elementar. O sujeito se constitui pela ideologia que o interpela na medida em que se inscreve em uma formação discursiva dada, assim, o sujeito se “liberta” de uma ideologia somente ao passa que é interpelado por outra.

Eagleton (1997) faz uma síntese histórica do conceito de ideologia e a concebe como uma intervenção política no que tem de idéias e atitudes reflexiva voltadas para a prática social do sujeito relacionado com as intrincadas redes tecidas com e pelo poder. É no seio deste poder que a ideologia se torna um conjunto de valores e crenças, não em si, mas voltadas para a ação, para a prática social.

O processo pelo qual a *formação discursiva* constrói sua memória ou *pré-construído*, chama-se *memória discursiva*, lugar onde o sujeito “escolhe” e “colhe” os discursos disponíveis no repertório social, (o eixo vertical), pelo recurso de parafraseagem, substituição, sinonímias etc.. Esse processo chama-se *memória discursiva*, segundo Courtine (1994). Trata-se, como nos alerta Courtine, de um tipo de *memória* que não se confunde com a *memória psicológica*, de um sujeito em particular. O sujeito, ao se apropriar de um determinado discurso, pré-construído, faz ocorrer, na linearidade do discurso, no eixo horizontal, o fenômeno de ocultação do eixo vertical. Assim, o domínio do interdiscurso apaga-se no intradiscurso (Courtine, 1994), o qual consiste no domínio da horizontalidade do discurso.

A paráfrase, de acordo com Fuchs (1982: 29), situa-se entre a “língua e o discurso”, excede “o campo da lingüística não

somente pelo nível do sentido onde se pode estabelecer a relação semântica em jogo, mas também pela tensão”.

Quando o sujeito enunciador parafraseia, ele coloca em cena a identidade do sentido a partir de um discurso-fonte que percorre a instância de todo sentido semântico em uma situação-dada onde o sentido do texto-fonte é “sempre re-re-constituição (idem, p. 30).

Para Fuchs, a atividade de parafraseagem é atividade meta-lingüística ou meta- predicativa de reconstituição ou formulação de enunciados que tenham identidade entre si. Além do semantismo lingüístico, “o único conhecimento da situação discursiva permite decidir se se trata ou não de uma identificação parafrástica” (p. 32), e por conseguinte, o sujeito parafraseador é produtor decodificador do texto-fonte.

A tipificação dos discursos serve como referência, não será uma questão *a priori*, pois segundo Orlandi (1999: 86) “é seu modo [discurso] de funcionamento (...) sob uma rubrica, uma etiqueta, que resulta de fatores extradiscursivo, lógicos”, e ainda “as propriedades internas ao processo discursivo: condição, remissão a formação discursiva, modo de funcionamento”. Assim a tipologia está inserida no próprio funcionamento dos discursos, segundo a autora.

3. Análise: discurso e paráfrase

Os movimentos populares de grande proporção, de alguma forma, incorporam em seu arcabouço ideológico o discurso socialista ou alguns aspectos na medida que estabelece relações de intertexto e interdiscurso com o discurso marxista.

3.1 Discurso Institucional ou Fundador

Entre os diversos discursos que compõem o repertório do MST, o primeiro a se inscrever foi o Discurso Fundador ou Institucional - no “nascidoiro” do movimento - ou a “ser invocado”. Sua configuração, ao contrário do que *foi/ é alardeado* pelos meios de comunicação e grande mídia, não é um discurso “marginal” ou revolucionário naquele instante (15/5/1982).

O MST imprimiu nesse discurso a voz da reivindicação - de um direito prescrito pela própria elite durante a ditadura militar (1964 - 1980) - como: função social da terra, desapropriação para fins de reforma agrária etc. numa relação de intertexto -. O discurso constitui-se em reivindicação que postula o direito já assegurado de ter acesso à terra para nela trabalhar e as demais prerrogativas advindas deste direito. Fica configurado que ter direito não significa poder usufruir.

Assim, é possível constatar nos seguintes enunciados a configuração desse discurso: (1), “como agricultor achamos que temos direitos a ter um pedacinho de terra”, (2) “preço da paz é justiça e terra para todos”, (3) “terra para quem nela trabalha”, (4), todos têm os mesmos direitos, tudo tem que ser dividido”, (5), “os trabalhadores querem terra para produzir”, (6), “sem reforma agrária não há democracia”, e (7), “foi para exigir reforma agrária (...) reunimos em Brasília”, (8) “vamos garantir a terra que é nosso direito”.

O enunciado (6) “Sem reforma agrária não há democracia” articula certos efeitos (Eagleton, 1997) no interior do discurso. Estes efeitos redimensionam o sentido de “democracia” ao fixar-se um novo valor - reforma agrária e suas implicações -, de forma que provoca uma alteração de sentido: a democracia só será concebida como legítima se em seu interior estiver assegurada, na prática, a reforma agrária concebida pelo MST (para diferenciar de outros sentidos de reforma agrária).

Pode-se observar que os sentidos de (1), “temos direito”, (2), “justiça para todos”, (3), “terra para quem nela trabalha”, (4), “tudo tem que ser dividido”, (5), “terra para produzir”, (6), “não há democracia”, (7), “exigir reforma agrária” e (8), “garantir a terra que é nosso direito” nos enunciados estão articulando a mesma proposição enunciativa que pode ser *a priori*, desdobrada na constatação de que: existe direito que faculta a todos os cidadãos - em particular os agricultores - terem acesso à terra, amparados na lei, para nela trabalharem. Este acesso, na forma da lei, possui uma certa equivalência de sentido com reforma agrária - representa direito e divisão a partir da função social da terra. Como a lei não

está sendo efetivada, pode-se afirmar que não há justiça para os agricultores sem terra e não há também o princípio universal de democracia: igualdade, então para os sem terra resta lutar para fazer valer os direitos já adquiridos.

É possível inferir que os sem terra concebem que suas reivindicações são justas, porque elas estão no Estatuto da Terra: “é assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma da lei” (JST,1984), relação de intertexto e interdiscursividade por pura repetição.

A caracterização desse discurso revela que há uma tensão de sentidos dos elementos como: direito, democracia, terra, reforma agrária etc. que os distingue do discurso do Estado na medida que é redimensionado pelo MST para configurar o seu próprio discurso.

3.2 Discurso de reforma agrária

O discurso de Reforma Agrária é o segundo a ser evidenciado no “nascido” do MST; é a razão pela qual o movimento existe e reafirma sua posição social. Enquanto o discurso Fundador ou Institucional se afigura em um intertexto do que prescreve a lei que rege sobre a “terra e sua função social”, o discurso de Reforma Agrária, ao possibilitar ao discurso Fundador materializar-se em prática efetiva, mantém relações interdiscursivas (Maingueneau, 1993), com veremos a seguir, ao mesmo tempo em que se afigura como extensão daquele, mas em outra dimensão: a pragmática, a efetivação da reforma agrária como afronta ao Estado.

Esse discurso é constituído pelos seguintes enunciados: (9), “a reforma agrária solucionará os problemas do campo brasileiro”, (10), “reconhecemos justa e legítima a luta dos sem terra”, (11), “exigimos reforma agrária. Terra para os sem terra”, (12), “terra para quem nela trabalha”, (13), “cruz: símbolo de luta pela terra”, (14), “terra só para quem nela trabalha e dela precisa sobreviver”, (15), “os trabalhadores querem terra para produzir”, (16), “sem reforma agrária não há democracia”, (17), “é preciso aperfeiçoar a lei de desapropriação e de demissão de posse, para acelerar a solução dos conflitos”, e (18), “a marcha nacional pela

reforma agrária, emprego e justiça social, contagiou a sociedade com o sonho de que é possível mudar essa realidade”.

As reformulações parafrásticas desse discurso envolvem determinados valores e sentidos observados em: (9) “reforma agrária solucionará”, (10) “justa e legítima a luta”; (11) “terra para os sem terra”, (12) “terra para quem nela trabalha”, (13) “cruz: símbolo”; (14) “dela [terra] precisa viver”, (15) “querem produzir”, (16) “não há democracia”, (17) “a solução dos conflitos” e (18) “é possível mudar essa realidade”.

Os sentidos acrescentados à terra - na re-elaboração discursiva com o discurso cristão – possuem um valor de objeto sagrado, e, conseqüentemente, um “palco” de conflito, o que justificaria o sacrifício da luta, enquanto missão a cumprir. Em (9), reforma agrária tem o significado de solução para o conflito existente no campo; (10) legitima como verdadeira a luta pela posse da terra; (11) é uma denúncia de que existe terra para plantar e também agricultores querendo terra para nela trabalhar; já em (12), (14) e (15), assume o sentido de que toda terra tem que ter uma função social e a função social diz respeito à desapropriação em benefício dos sem terra; (16) argumenta a respeito do sentido que o estado democrático de direito deve assumir, além de não poder prescindir de fazer reforma agrária; (17) e (18) remetem a uma realidade de desigualdade social, no entanto ela pode ser revertida pelo cumprimento da função social da terra. Estas marcas expressam, com maior ou menor intensidade, o sentido de denúncia - a partir do referente terra, que remete à reforma agrária - que percorre os enunciados.

A partir das relações de sentido que os enunciados estabelecem com seu exterior (outros discursos), a relação de interdiscursividade visa incorporar elementos pré-construídos, mas com valor e sentido atualizados no discurso, em (16), da democracia - como condição para incorporar, fazer parte de repertório discursivo do movimento.

Essa análise procura consubstanciar a problemática da reforma agrária, reforma que não se efetiva, de onde advêm inúmeras conseqüências sociais como o conflito no campo, lugar

marcado pelo MST. A par das considerações, os enunciados se constituem em uma atividade tensa de parafraseagem.

O enunciado (9), “a reforma agrária solucionará os problemas do campo brasileiro” é considerado como enunciado de base na medida em que faz o discurso progredir, religando sentidos – direito, justiça social, conflito etc. - , anulando outros. Anula até certas representações negativas que constituem o discurso do senso comum que se concebe que o problema do campo brasileiro não é o latifúndio; para quem quer trabalhar existe terra, etc., assim estabelece relações de interdiscursividade (Maingueneau, 1993) e com outros movimentos populares (Cuba, China, Rússia etc.) que viram a reforma agrária como “mola propulsora” para transformação social na medida também em que incorpora determinados valores ideológicos do movimento operário brasileiro.

3.3 Discurso de reforma agrária e movimentos populares

O discurso de Reforma Agrária e Movimentos Populares, em certa instância, é uma paráfrase do anterior, somente na medida em que este concebe e preserva certos sentidos de reforma agrária, no entanto, ao compartilhar do mesmo campo discursivo, incorpora certos elementos pré-construídos (memória discursiva) dos movimentos populares. O MST reconfigura o discurso de forma que Reforma Agrária distancia-se e passa a constituir um discurso distinto, o de Reforma Agrária e Movimentos Populares. Com o distanciamento, ambos passam a ter configurações diferentes, muito embora o discurso de Reforma Agrária e Movimentos Populares seja pressuposto do anterior.

Assim, esse discurso pode ser considerado um trabalho amplo de paráfrase, intertexto, interdiscursividade e dialogismo (Bakhtin, 1986), no âmbito do próprio MST e do operariado, com outros discursos e textos na arena do signo lingüístico, lugar de onde re-elaborou sua posição enunciativa. Condição que possibilitou/possibilita projetar-se em outra dimensão discursiva ao delimitar seu espaço de atuação.

O enunciado de base “Reforma agrária, uma luta de todos” condensa os sentidos/efeitos dos demais enunciados, em virtude de sua força ilocucionária no interior do discurso.

Esses enunciados configuram bem esse discurso: (19), “vimos pelos depoimentos dos operários (...) que a nossa luta interessa ao povo”, (20), “temos, portanto, de buscar apoio junto aos trabalhadores da cidade”, (21), “só os trabalhadores farão reforma agrária”, (22), “é imprescindível que nossas lutas sejam cada vez mais massivas e envolvam outras entidades e organizações da sociedade civil”, (23), “o Grito da Terra Brasil unifica vozes dos trabalhadores rurais brasileiros na busca por sua cidadania”, (24), “reforma agrária, uma luta de todos”, (25), “reafirmamos a necessidade de grandes mobilizações de massa como única força capaz de alterar os direitos da classe trabalhadora no campo e na cidade, e (26), “massificar a luta pela reforma agrária”.

Esses enunciados, com veremos, são paráfrases uns dos outros em consequência de articularem determinados elementos, como: em (19), “a nossa luta interessa ao povo” corresponde a inclusão do discurso do MST no campo discursivo dos movimentos populares, todavia, na proporção em que o MST impõe certos pré-construídos e reconfigura outros de forma que os movimentos estão sob a mesma condição material-histórica, muito embora as diferenças estejam apenas na forma de existência, razão pela qual, caso contrário, não teria sentido este trabalho discursivo intenso para o MST.

Em (20), “buscar apoio junto aos trabalhadores da cidade” é o mesmo que dizer, em (21), que “só os trabalhadores farão reforma agrária”. Os enunciados articulam o mesmo pressuposto: se os movimentos populares se mantiverem isolados, não conseguirão avançar em suas reivindicações e conquistas sociais, e que a união fortalece a ambos.

Já em (19), “nossa luta interessa ao povo”, (21), “só os trabalhadores farão a reforma agrária”, (22), “que nossas lutas sejam cada vez mais massivas”, (25), “a necessidade de grandes mobilizações de massa” e (26), “uma luta de todos”. Os

enunciados significam, de certa forma, a imagem que o MST tem de si - “eu”, movimento popular - na mesma proporção em que imprime a sua marca discursivo-ideológica no interior da representação do “outro”, para tornar a causa da reforma agrária também a causa dos movimentos populares. Assim, unificando os interesses político-ideológicos sob a bandeira de reforma agrária, concebendo que a sua realização está vinculada e dependente do engajamento dos outros segmentos populares e sociais, e o MST está fazendo a parte que lhe cabe.

Nesse “jogo” de imagem e paráfrases, é possível inferir que na conjuntura atual há um certo “vazio” de liderança política, especialmente a partir da década de 90, que aglomera as reivindicações populares. Ao mesmo tempo em que proclama a unidade dos movimentos populares, o MST se propõe enquanto vanguarda política deles, passando, assim, gradativamente, a ocupar um espaço deixado pelos partidos políticos “ditos de esquerda”.

3.4 Discurso de organização e estruturação do movimento

O discurso de Organização e Estruturação do MST permite constatar uma caracterização peculiar. Ele possui uma força perlocucionária a partir da imagem que o MST tem de si - o “eu”. A organização e estruturação interna são uma condição *sine qua non* para a existência de grandes movimentos populares massificados. Uma segunda característica: pode-se considerar, desta forma, que este discurso acaba por se tornar o pressuposto do suporte discursivo do próprio MST, uma vez que visa entre outros objetivos, “envolver” outros movimentos, de certa forma, para lançar-se como vanguarda política. Não seria possível fazê-lo sem uma estrutura organizativa que fosse capaz de servir como suporte a atividades e ações dos movimentos.

Os enunciados: (27), “é fundamental a união e a organização daqueles que não têm terra e lutam por seus direitos”, (28), “somente a nossa organização fará que consiga mudanças”, (29), “só nos resta fortalecer a nossa organização nas bases. Está provado que não podemos esperar pelo governo, porque **terra não se ganha, se conquista.**”, (30), “nós continuaremos cada vez

mais organizados para conquistarmos palmo a palmo o que nos pertence”, (31), “vamos consolidar a organização na base, transformando o Movimento dos Sem Terra em um verdadeiro movimento de massa”, (32), “Para vencer é preciso lutar. Para lutar é preciso organizar”, (33), “para nós, trabalhadores rurais, está cada vez mais claro que a reforma agrária será do tamanho de nossa organização e de nossa força”, e (34), “precisamos dobrar esforços para melhorar nossa organização”.

Observemos os sentidos expressivos dos enunciados acima: em (27), “é fundamental”, é de caráter imprescindível; em (28), “somente a nossa”, não há outra alternativa para; em (29), “só nos resta”, é o único caminho; em (30), “cada vez mais”, é um trabalho constante e gradativo; em (31), “consolidar a nossa”, com o sentido de sedimentar o que já foi feito até ao momento; em (32), “é preciso”, com o significado de condição primeira; em (33), “será do tamanho de nossa”, a dimensão do movimento depende da dimensão da organização, e em (34), “dobrar os esforços”, com o sentido de superação permanente dos empenhos aplicados. Estas observações permitem reafirmar que são marcas de reformulação parafrástica, não somente pelas marcas lingüísticas que enfatizam, mas pelo efeito que causam no interior do discurso, ou seja, possuem uma força ilocucionária. Considerando quem se pronuncia e de onde se pronuncia, o ato enunciativo não é um apelo; é antes uma forma de modalização existencial, em que pese a necessidade de/para existir no cenário social enquanto movimento popular de massa.

Esse discurso, no trabalho de formulação e reformulação, estabelece relações interdiscursivas com o Partido Bolchevique de W. Lênin, cuja concepção se pautava em um partido organizadamente forte e centralizado. Assim, justifica-se a ênfase constante que o MST dedica ao discurso de organização e estruturação interna em trabalho parafrástico constante.

O enunciado (32), “Para vencer é preciso lutar, para lutar é preciso organizar” é considerado o mais representativo - enunciado de base - por conter em seus sentidos formulações e elementos discursivos expressivos, e, por conseguinte, lugar de onde o ato de

fala não é um mero conselho, mas uma ordem que “deve ser levada a cabo a qualquer custo”.

Os movimentos populares de grande proporção incorporam em seu arcabouço discursivo, o discurso socialista, estabelecendo relações de intertexto e interdiscurso com o discurso marxista, e absorvem alguns aspectos da formação discursiva de esquerda, quando por vezes assumem tal posicionamento de forma deliberada com todas as implicações políticas ideológicas.

O MST não só incorpora, como também aponta o socialismo; não para propor soluções aos problemas dos sem terra, mas sobretudo para sinalizar para todos os trabalhadores e demais movimentos populares que o socialismo se apresenta como única proposta para a sociedade como um todo, uma vez que o sistema capitalista desloca o homem do “centro das atenções” e não vislumbra um horizonte de uma sociedade igualitária.

O enunciado (35), “todos têm os mesmos direitos e tudo tem que ser dividido” é enunciado de base, caso fosse dito por outro sujeito social, não teria o impacto e significação que adquiriu uma proposta de uma sociedade socialista. Dito pelo MST, o enunciado assume dimensões outras em um trabalho “sorrateiro e subterrâneo” de substituições e reformulações parafrásticas pois imprime a marca ideológica do movimento.

3.5 Discurso de reforma agrária pela ocupação

O conjunto de enunciados a seguir constitui esse discurso: (42), “preço da paz, é terra e justiça para todos”, (43), “as ocupações têm sido o último recurso dos sem terra”, (44), “reforma agrária, “a guerra é pra valer””, (45), “terra e poder não se ganham, se conquistam”, (46), “ocupar, resistir e produzir”, e (47), “com certeza, teremos um ano quente e vermelho”.

Os enunciados reformulam mesmo referente. Em (42), “paz, terra e justiça”, há um sentido de ameaça de ocupação cujo pressuposto é a falta de paz, terra e justiça relacionada à distribuição de terra; em (43), “último recurso” tem o sentido de que agora o MST vai fazer a reforma agrária de acordo com suas

próprias concepções do próprio movimento; em (44), “a guerra é pra valer” tem um efeito enfático de continuidade das ocupações e não a partir deste momento; em (45), “terra e poder”, a unidade “poder” acrescenta um novo sentido a terra - vinculada ao poder. Não representa mais reforma agrária, trabalho, cidadania etc., mas sobretudo, objeto de desejo representado nas ocupações que se devem intensificar-se; em (46), “ocupar, resistir e produzir”, as três unidades assim postas possuem um efeito que representa a determinação contumaz de uma prática efetiva anunciada no discurso e constitutiva dele; e em (47), “quente e vermelho”, ocorrem duas metáforas de valor muito significativo, pois a primeira refere-se a uma situação repleta de complicações para o governo em decorrência da não efetivação da proposta de reforma agrária cujo “protagonista” é o MST. Vermelho diz respeito à cor símbolo do comunismo implantando na Rússia e depois espalhado pelo mundo. A configuração é que o MST vai continuar “criando problemas”, promovendo ocupações, dialogando com a sociedade, denunciando a situação em que se encontram os sem terra. Tal prática implica em um caráter ideológico assumido, uma provocação, uma ameaça às instituições que têm no capitalismo seu amparo e modelo ideológico.

É possível afirmar que se trata de paráfrases, não só pelas marcas lingüísticas expressas, mas pelo caráter de decodificação de leitura ou intuição (Fuchs, 1982) enquanto reconstrução do sentido a partir de um referente e de um conjunto enunciativo onde este referente se materializa.

O MST, ao atualizar e inscrever Reforma Agrária pela Ocupação, imprimiu um novo sentido ao discurso de reforma agrária, sentido este de afronta, desafio, luta declarada às Instituições Oficiais. Culminou, assim, por definir uma “nova” prática social anunciada no discurso: (58) “a paciência esgotou e os sem terra partem para iniciativas mais eficazes para garantir seus direitos”, (70) “a luta pela conquista da terra passa também pela conquista do poder e que a reforma agrária é uma necessidade que independe de ser legal ou não. Ela terá que ser feita na lei ou na marra”, uma vez que toda prática social é antes anunciada nos discursos como em (73), “reforma agrária: o governo não faz, nós vamos fazer” e (74) “já que nossos direitos não vêm,

conquistaremos na marra! Quem não tem direito de fazer as leis, não tem obrigação de respeitá-las”.

Tais enunciados significam de forma preponderante a prática discursiva (Foucault, 1986) como a prática efetiva que percorre e determina um longo caminho, primeiro nos limites institucionais - discurso Institucional ou Fundador -, para em seguida buscar outras alternativas, que de certa forma estão previstas no quadro institucional, no entanto sofrem certas restrições discursivas (Pêcheux, 1990) para circularem livremente, embora essas restrições não consigam evitar a circulação do discurso.

O enunciado de base (46) “ocupar, resistir e produzir“, significa, além do discurso de Reforma Agrária pela Ocupação, a elaboração e reelaboração enunciativa mais significativa do MST, a fórmula proposicional expressiva e carregada de efeito a partir do lugar enunciativo. As quatro unidades do enunciado representam os objetivos, as concepções e a forma de ação.

3.6 Discurso socialista

Os movimentos populares de grande proporção incorporam em seu arcabouço discursivo o discurso socialista estabelecendo relações de intertexto e interdiscurso com o discurso marxista em maior ou menos proporção.

O MST não só incorpora como também aponta o socialismo, não para propor soluções aos problemas dos sem terra, mas sobretudo para sinalizar para todos os trabalhadores e demais movimentos populares que o socialismo se apresenta como única proposta para a sociedade como um todo, uma vez que o sistema capitalista desloca o homem de “centro das atenções” e não vislumbra um horizonte de uma sociedade igualitária.

Os seguintes enunciados: (35), “todos têm os mesmos direitos e tudo tem que ser dividido”, (36), “nós estaremos construindo um país justo onde todos tenham a chance de viver e produzir com dignidade”, (37), “junto com os trabalhadores, lutaremos para derrubar a burguesia e construir uma sociedade

socialista”, (38), “terra e poder não se ganha, se conquistam”, (39), “fazer as terras conquistadas produzir e com isso contribuir para o avanço da luta dos trabalhadores”, (40), “a tarefa de chamar toda a sociedade para esta luta. Somente assim estaremos construindo um país onde a modernidade significa justiça social, acesso à educação, saúde, escola, alimentação”, e (41), “um projeto que recupere a soberania nacional. Que distribua riqueza e renda e diminua as diferenças sociais”.

Para o MST inscrever o discurso socialista em que seu repertório, antes teve que construir a sua própria imagem - construção que se dá a partir do momento em se está dentro do processo de luta social -, pois a dos outros agentes sociais em questão pressupõem posições ideológicas específicas.

Os enunciados desse discurso, Socialista, têm algumas configurações que permitem afirmar que são paráfrases uns dos outros. A primeira constitui o processo de construção da imagem do MST, que neste discurso adquire um caráter mais consistente de distanciamento do “outro”, movimentos populares; a segunda constrói a imagem dos trabalhadores que não são agricultores - os operários -; a terceira: em oposição aos trabalhadores de uma forma geral; a quarta faz a diz respeito a dois tipos de sistemas de governos, configurando representações ideológicas distintas: socialismo em oposição ao capitalismo; e a última envolve de uma nova inscrição do discurso de esquerda no seio dos movimentos populares, em um momento histórico (meados da década de 80 e final dos 90) em que os partidos de esquerda, em particular o Partido dos Trabalhadores, estão em franca retirada dos debates político-ideológicos na arena da luta de classes, configurando uma traição aos movimentos populares¹ (Eagleton, 1997).

Em (35), “todos” representa o MST e demais desfavorecidos socialmente, sem direito; (36), “nós” marca a posição do MST em relação aos demais - “outros”; (37), “junto com todos” configura o MST em posição de liderança incluindo os demais trabalhadores no projeto de uma sociedade socialista; em

¹ O próprio MST faz duras críticas à “esquerda” no Brasil, chegando por vezes a acusá-la traição e de colaboração com as classes dominantes em troca de um espaço no quadro institucional. Tais críticas estão nos editoriais da Revista Sem Terra do próprio MST.

(38), “conquistam”, é possível inferir dois agentes: o MST e os demais trabalhadores em posição de ameaça e afronta às instituições sociais, sob a liderança do MST; em (39), “luta em geral” incorpora a luta do MST e as demais lutas dos trabalhadores; em (40), “chamar toda a sociedade”. Evoca novamente posição de liderança perante os movimentos populares; em (41), “diferenças sociais” pressupõe vários “outros” em desnível social entre os quais o MST se inclui.

Assim, essas representações, ao contrário de impossibilitarem uma proposta socialista, acabam por favorecer a aproximação dos setores sociais marginalizados em consequência delas apresentarem, em certo sentido, um ponto de identificação ou identidade que o MST marca: “nós, todos, juntos”. Este ponto diz respeito à submissão de todos os trabalhadores a um sistema de dominação que provoca a desigualdade, além de sorratamente provocar um incômodo.

Essas diferenciam o MST dos demais movimentos populares ou trabalhadores, muito embora com traços comuns. Tais traços possibilitam e projetam a identificação de um terceiro “outro” que não partilha de traços comuns com o conjunto dos trabalhadores, pois este terceiro está em posição de disjunção discursiva e social como no enunciado (37), “junto com os trabalhadores, lutarmos para derrubar a burguesia”.

Assim, é possível inferir que estas configurações põem em cena a imagem de um agente social que se projeta enquanto liderança política marcada por um discurso socialista.

O enunciado (35), “todos têm os mesmo direitos e tudo tem que ser dividido” é enunciado de base, caso fosse enunciado por um outro sujeito social, não teria o mesmo sentido de efeito que adquiriu: uma proposta de uma sociedade socialista. Dito pelo MST, o enunciado assume dimensões outras em um trabalho “sorrateiro e subterrâneo” de substituições e reformulações parafrásticas de proporções ideológicas.

3.7 Discurso da união

Os seguintes enunciados: (48), “trabalhador rural e urbano, organizem-se (...) Ajude a fazer a história dos oprimidos”, (49), “temos, portanto, de buscar apoio junto aos trabalhadores da cidade”, (50), “nossa meta é a de chegarmos a um ajuntamento das lutas entre campo e cidade, vinculadas as greves com ocupações de terra”, (51), “com esta aliança não só implantaremos a reforma que queremos, como também construiremos a sociedade mais justa e fraterna, a sociedade socialista”, (52), “nossa necessidade cada vez maior de trazer toda a sociedade para a luta pela reforma agrária”, (53) “na medida que consolidamos uma aliança campo e cidade, vamos derrubar os muros na cidade e romper as cercas do campo”, (54), “construir com as demais organizações sociais, do movimento sindical, das igrejas, dos intelectuais e dos militantes em geral para a construção de um projeto para o Brasil”.

O pressuposto para a existência desse discurso está no traços de identidade, que o MST tem de si, do “eu”, e do “outro”, que serve de alicerce e argumento para a materialização de seu discurso e de sua prática na ordem do discurso.

As unidades (48), “organizem-se”, (49), “buscar apoio”, (50), “ajuntamento”, (51), “com esta aliança”, (52), “trazer toda sociedade”, (53), “consolidamos uma aliança” e (54), “construir com as demais” possuem o mesmo efeito de sentido: a união fortalecerá a todos para lutar contra o sistema. Trata-se de uma atividade parafrástica e de um processo discursivo gradativo.

Em (48), pressupõe-se a falta de organização ou o de que não há o suficiente, condição que reflete a falta de união ou união insuficiente para movimento de massa; em (49), evidencia-se que o “eu” do MST propõe a unificação a partir da imagem que o MST tem do “outro” movimento popular; em (50), é possível constatar a disjunção sobre a qual é proposta a união; (51) é o eco dos chamados anteriores, o início da solidificação, sentido de materialização do discurso; (52) significa a gradação do processo interativo de união; possui o sentido de afirmação que será por meio da união que se poderá vislumbrar o caminho para ambos os movimentos; (53) tem o sentido de reflexão do chamado de união

e, em (54), a primeira impressão, sugere que ainda está por fazer, mas o sentido é bem outro, o reiterativo, o de solidificar a união que está em processo, cujo argumento está presente nos enunciados: em (48), “fazer história”, em (50), “vinculadas às greves com ocupações de terra”, em (51), “a sociedade socialista”, em (52), “luta pela reforma agrária”, em (53), “derrubar os muros da cidade e romper as cercas do campo” e em (54), “a construção de um projeto para o Brasil”.

A relação que estes enunciados têm entre si corresponde ao fato delas serem reformulações parafrásticas na medida em algumas unidades diz respeito a um único referente, o discurso da União, que a princípio pode sugerir, de forma ingênua, a união enquanto confraternização de várias classes sociais: estar junto de, estar com, fazer junto de, participar com etc.; mas estas considerações não têm sentido no arcabouço do discurso do MST.

O MST, por ser representante de um importante segmento social e até pelo caráter histórico, estendeu sua luta a outros importantes segmentos sociais, de forma que, na disputa política, a falta de diálogo tem uma significação de incapacidade de reivindicar, de fazer pressão e de articulação. A par destas peculiaridades, o MST constituiu seu arcabouço discursivo parafraseando o discurso do Manifesto Comunista de (Engels e Marx, 1990: .99): “proletário de todos os países: uni-vos!” de forma que o discurso da União, observado juntamente com os discursos anteriores, diz respeito muito mais do que um “ajuntamento” de segmentos sociais em posição de reivindicação.

O enunciado (48), “Trabalhador rural, organizem-se (...) ajude a fazer a história dos oprimidos” reflete esse discurso e sua importância somente na medida em que é evocado pelo MST, e no contato com outros discursos, o discurso da União se reveste de significação e sentido.

4. Considerações

Os discursos tipicalizados, embora sejam poucos, pode-se dizer que são suficientes, quer individualizados, quer em conjunto, para algumas considerações.

Os discursos, uma vez recuperados da memória discursiva, interdiscurso, e inscritos, assumidos pelo sujeito do MST no intradiscurso, passam a compor em sua materialidade um efeito de sentido no cenário das instabilidades discursivas de reflexões e refrações, implicado em “rituais ideológicos” (Pêcheux: 1990) em que todo “discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação (...) todo discurso é índice, potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas e identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações em trabalho (...) de deslocamento no seu espaço “ (idem, 1994: 56), ou seja, os discursos em seu “nascido” têm: primeiro uma inserção “modesta”, modalizada para que, no transcorrer de sua existência, possam revestir-se, mesclar-se de outras unidades, de outros discursos, em uma relação de aproximação, de distanciamento, de interdiscursividade, de trazer o “outro” para dentro do próprio discurso à proporção que também deixa marcas no seio do “outro”.

Pode-se observar a primeira aparição “modesta” e modalizada que de certo modo se afigura como ingênua em: em (1), “como agricultor, achamos que temos o direito a ter um pedacinho de terra”, em (9), “reforma agrária irá solucionar os problemas do campo brasileiro”, em (19), “vimos pelos depoimentos dos operários (...) que a nossa luta interessa ao povo”, em (27), “é fundamental a união daqueles que não têm terra e lutam por seus direitos”, em (35), “todos têm os mesmos direitos e tudo tem que ser dividido”, (44) “reforma agrária, “a guerra é pra valer”” e em (50), “nossa meta é a de chegarmos a um ajuntamento das lutas entre campo e cidade, vinculadas as greves com ocupações de terra”. Os enunciados ilustram, respectivamente os discursos: Fundador, Reforma Agrária, Reforma Agrária e Movimentos Populares, Organização e Estruturação, Socialismo, Reforma Agrária pela Ocupação e União.

No entanto, na inscrição do discurso sendo sempre o mesmo já é outro, parafraseado, é acrescido de outras unidades na medida em que perde outras unidades também. Divide espaços, domina outros, perde espaços, pelo fato de sua existência ser tensa, conflituosa, de “amor e ódio”, na arena onde sujeitos e discursos se camuflam, disfarçam, reconhecem, toleram, assumem, dispersam, identificam, reencontram etc..

As considerações a respeito dos discursos, tipos e paráfrases afiguraram-se como a possibilidade de delinear em certos aspectos, o perfil do MST, sua origem histórica, alguns de seus anseios, razões e motivos de sua constituição política-ideológica em uma “época” de grandes avanços científicos e tecnológicos, que sugere no senso comum, que a humanidade está cada vez mais desenvolvida e este desenvolvimento é para todos.

A existência do MST também põe em xeque não somente a questão da terra como também o discurso de modernidade dos países “desenvolvidos”.

A partir das considerações acima, é possível compreender o quanto o surgimento do MST estava previsto “sorratamente” no quadro das Instituições Oficiais; no entanto, estas conseguiram apenas camuflar e retardar-lhe a aparição até ao ponto de admiti-lo, embora sem aceitá-lo, uma vez que esta negação parcial implica a possibilidade de garantir uma suposta ordem social, na tentativa de esconder as contradições sociais, inclusive os agentes discursivos das Instituições. A reflexão recai sobre a afirmação de que a relação entre as Instituições e o MST representa o conflito mais significativo neste final de século. Compreendê-lo já é lançar luz sobre a realidade que circunscreve a sociedade seus discursos e movimentos.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- COURTINE, Jean-Jacques. Le tissu de la mémoire: quelques perspective de travail historique dans les science du langage. In: *Langage, mémoire, histoire, langage*, 114, juin, 1994. Larousse.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Editora da UNESP, BOITEMPO, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FUCHS, Catherine. A paráfrase, entre a língua e o discurso. In: *Language Françoise*, no. 53, Février, 1982. Revrie Trimestrille Larousse.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 2 ed Campinas: Pontes, 1993.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso. estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

_____. *Semântica e discurso. uma crítica à afirmação do óbvio* . Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

